

REPRODUÇÃO/RECEITA FEDERAL



Erro no eSocial reteve declarações na malha fina da Receita Federal

Falha no IR de servidores e aposentados deve ser corrigida

Servidores ativos, aposentados e pensionistas federais que caíram na malha fina do Imposto de Renda 2026 por falhas na migração de dados do SIAPE para o eSocial devem ter a situação regularizada até o fim de julho. O erro, reconhecido pelo Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), fez com que informações transmitidas à Receita Federal divergirem dos informes de rendimentos do SouGOV, afetando até quem declarou corretamente. Agora, a Portaria nº 693/RFB/MF autorizou, em caráter excepcional, o envio direto dos dados à Receita por meio da antiga DIRF, sem necessidade de aguardar novo processamento do eSocial. Segundo o SINSSP-BR, não é preciso retificar a declaração se os valores informados coincidirem com o informe de rendimentos. O reprocessamento dará prioridade a aposentados e pensionistas com 65 anos ou mais e aos casos de isenção previstos em lei.

Procon-SP consulta idosos sobre consumo

O Procon-SP abriu consulta pública para consumidores com 60 anos ou mais, disponível até 17 de agosto em seu site. O objetivo é identificar dificuldades enfrentadas por idosos em compras online, uso de reconhecimento facial, contratação de serviços e empréstimos consignados, incluindo casos de cobranças ou contratos não autorizados. As respostas vão orientar campanhas, cursos e materiais educativos do órgão voltados à proteção dos direitos da pessoa idosa e ao consumo consciente. A iniciativa é realizada anualmente pelo órgão.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Respostas vão orientar campanhas e materiais educativos do órgão

INSS muda regras da aposentadoria

As regras de transição da reforma da Previdência mudam novamente em 2026. Na aposentadoria por idade mínima progressiva, mulheres precisarão ter 59 anos e 6 meses e 30 anos de contribuição. Homens deverão cumprir 64 anos e 6 meses de idade e 35 anos de contribuição. A regra de pontos sobe para 93, no caso das mulheres, e 103 para os homens. As demais modalidades de transição, como os pedágios de 50% e 100%, seguem disponíveis para quem tem direito. As alterações seguem cronograma previsto na reforma de 2019.

Sindnapi rejeita nova reforma da Previdência

O Sindnapi, sindicato que tem Frei Chico, irmão do presidente Lula, como vice-presidente, manifestou-se contra propostas de uma nova reforma da Previdência. A entidade rejeita medidas como elevar a idade mínima para 67 anos e aumentar a contribuição do MEI, defendendo alternativas como combate à sonegação, cobrança de dívidas previdenciárias e ampliação do emprego formal para fortalecer o sistema.

Pedreiros Falsos I

Pedreiros falsos enganavam idosos oferecendo serviços de reparo que resultaram em altas cobranças. Uma idosa foi abordada para realizar um conserto de telhas e um buraco no telhado. Após realizarem o suposto serviço, os golpistas cobraram R\$8 mil. A vítima conseguiu negociar para R\$ 7.200 e transferiu R\$ 5 mil imediatamente.

Pedreiros Falsos II

O esquema também foi registrado em São Caetano do Sul, município localizado na região do ABC Paulista, onde uma quadrilha especializada utilizou a mesma tática para enganar moradores. Diante disso, episódios como este servem como um importante alerta para a população sobre a necessidade de cautela ao contratar profissionais.

Pós Parto I

O Conselho de Recursos da Previdência Social fechou uma importante brecha que permitia a mulheres sem vínculo anterior com o INSS realizar o primeiro recolhimento de contribuição após o parto. A medida altera as regras vigentes e impacta diretamente a concessão do benefício de salário-maternidade para esses casos específicos no país.

Pós Parto II

Com esta nova decisão do CRPS, a prática de pagar a guia da previdência social somente após o nascimento da criança passa a deixar de ser aceita para a concessão do benefício. A mudança tem como objetivo padronizar os critérios de elegibilidade, exigindo maior antecedência e regularidade nos vínculos de contribuição com o INSS.

Ressarcimento I

O INSS começa a pagar nesta sexta-feira (24) o ressarcimento por descontos indevidos em benefícios, decorrente da Operação Sem Desconto. O valor pode chegar a R\$ 1.280 e será creditado automaticamente em parcela única na conta do beneficiário, contemplando quem aderiu ao acordo até junho, sem necessidade de nova solicitação.

Ressarcimento II

O instituto também alerta para golpes por SMS e WhatsApp cobrando taxas ou pedindo confirmação de dados para liberar o dinheiro. A consulta deve ser feita exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS. O órgão reforça que não envia links nem entra em contato através de ligações de telefone para tratar da restituição financeira aos segurados.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputado federal Duda Ramos (PODE-RR) é autor do projeto

Política nacional para ampliar autonomia digital de idosos

Proposta cria programas de capacitação e ações para prevenir golpes virtuais

Da **Redação**

O deputado federal Duda Ramos (Podemos-RR) apresentou o Projeto de Lei 4.544/2026, que institui a Política Nacional de Autonomia Digital da Pessoa Idosa. A proposta reúne medidas para ampliar o acesso da população idosa às tecnologias, facilitar a utilização de serviços digitais e reduzir a exclusão tecnológica.

Entre os objetivos estão ampliar o acesso aos serviços públicos digitais, fortalecer a inclusão financeira, incentivar o uso de plataformas de saúde e prevenir fraudes eletrônicas. O projeto também estabelece diretrizes para que sistemas digitais adotem recursos de acessibilidade compatíveis com as necessidades desse público.

A proposta cria o Programa Nacional de Autonomia Digital da Pessoa Idosa, que deverá oferecer ações de alfabetização digital, educação financeira, cidadania digital e orientação para o uso de aplicativos governamentais, telemedicina, receitas eletrônicas, prontuários digitais, internet banking, PIX e outros serviços eletrônicos.

O texto autoriza a União a apoiar a implantação de Centros de Autonomia Digital da Pessoa Idosa em universidades, institutos federais, unidades do Sistema Único de Assistência

Social (Suas), bibliotecas públicas, centros comunitários e organizações da sociedade civil. Esses espaços poderão oferecer cursos gratuitos, atendimento individual e orientação para prevenção de golpes virtuais.

Outra medida é a criação do Programa Nacional de Tutoria Digital da Pessoa Idosa, que poderá reunir estudantes, voluntários, profissionais aposentados e entidades da sociedade civil para auxiliar idosos na utilização de ferramentas digitais.

O projeto determina ainda que, sempre que tecnicamente possível, os serviços digitais da administração pública federal adotem linguagem clara, navegação simplificada, letras ampliadas, maior contraste e recursos de leitura em voz.

Na justificativa, Duda Ramos afirma que o projeto surgiu a partir de uma proposta apresentada pela cidadã Claudia de Souza Franco à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara. Segundo o parlamentar, a iniciativa busca evitar que a digitalização dos serviços públicos e privados aumente a dependência da população idosa para acessar direitos.

SITUAÇÃO

O texto aguarda despacho da Mesa Diretora da Câmara para tramitar pelas Comissões.